

TOTVS S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

1. Contexto Operacional

A Totvs S.A., (a seguir designada como “Controladora”, “Totvs”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Av. Braz Leme, 1639 2º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas no novo mercado da BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem por objeto o desenvolvimento e a comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, a prestação de serviços de implantação, consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionados. Os principais softwares desenvolvidos pela Companhia são aplicativos do tipo *Enterprise Resource Planning* (ERP) e têm por objetivo integrar eletronicamente os níveis estratégico e operacional de uma empresa usuária, permitindo a criação de fluxo de informações que contemplem as necessidades operacionais e de informações gerenciais das diferentes áreas da empresa usuária do software. As principais áreas contempladas pelo ERP da Companhia são: administração, finanças, operações, industrial, recursos humanos e atendimento a clientes.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Totvs foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de janeiro de 2012.

Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou importantes transações envolvendo combinações de negócios e incorporação de subsidiárias conforme divulgado na Nota 3.

Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como número de clientes, *ticket* médio, *market share*, entre outros, não foram objeto de exame por parte de nossos auditores independentes.

2. Políticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras da Controladora e as Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e as Demonstrações Financeiras Consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em período não superior a um ano. Vide nota 2.17, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.1. Bases de Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Razão Social	% de Participação	
	31/12/2011	31/12/2010
Totvs Rio Software Ltda. ("Totvs Rio")	100,00	100,00
Microsiga Argentina S.A. ("Microsiga Argentina") (b)	100,00	89,80
Microsiga México S.A. ("Microsiga Mexico")	99,99	99,99
Microsiga Corporation ("Microsiga Corporation")	100,00	100,00
Totvs Nordeste Software Ltda. ("Totvs Nordeste")	100,00	100,00
Setware Informática Ltda ("Setware") (c)	100,00	100,00
Totvs Brasília Software Ltda. ("Totvs Brasília")	100,00	100,00
RO Resultados em Outsourcing Ltda. ("RO") (e)	-	100,00
Inteligência Organizacional Serviços, Sistemas e Tecnologia em Software Ltda. ("IOSSTS")	100,00	100,00
Eurototvs Lda. ("Eurototvs")	100,00	100,00
TQTV D Software Ltda. ("TQTV D")	100,00	100,00
Look Informática S.A. ("Look") (e)	-	100,00
BCS Comércio e Serviços de Informática Ltda ("BCS Comercio")	100,00	100,00
BCS Sistemas Computacionais Ltda ("BCS Sistemas") (e)	-	100,00
BCSFLEX Comércio e Serviços de Informática Ltda ("BCSFLEX") (e)	-	100,00
HBA Informática Ltda ("HBA") (e)	-	100,00
Midbyte Informática S.A. ("Midbyte")	100,00	100,00
Datasul S.A. de CV ("Datasul Mexico")	100,00	100,00
Datasul Incorporation ("Datasul USA")	100,00	100,00
Datasul Argentina S.A. ("Datasul Argentina")	100,00	100,00
Totvs Serviços em Informática e Consultoria S.A. ("Totvs Serviços")	100,00	100,00
Gens Tecnologia da Informação Ltda ("Gens")	100,00	100,00
Gens Tecnologia e Informatica Ltda (d)	100,00	-
YMF Arquitetura Financeira de Negócios S.A. ("YMF")	100,00	100,00
Tools Arquitetura Financeira de Negócios S.A. ("Tools")	100,00	100,00
DTSL Sistemas e Serviços de Informática S.A. ("Datasul Paranaense") (e)	-	100,00
DTS Consulting Partner, AS de CV ("Partner") (c)	100,00	100,00
Hery Participações Ltda	100,00	100,00
TotalBanco Consultoria e Sistemas Ltda (c) (d)	100,00	70,00
TotalBanco Participações S.A. (d)	100,00	70,00
M2S Serviços de Suporte Ltda (a)	100,00	100,00
SRC Serviços em Informática Ltda (a) (e)	-	100,00
Mafipa Serviços de Informatica Ltda (a)	100,00	100,00

(a) Combinação de negócios em 2010, vide nota 3.

(b) Aquisição de participação de não controladores em 2011.

(c) Participação indireta

(d) Combinação de negócios em 2011, vide nota 3.

(e) Incorporado em 2011

Os resultados das subsidiárias adquiridas/incorporadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/cominação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2011 e 2010, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

Os exercícios sociais e períodos de encerramento das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.2. Receitas e Despesas

A Companhia e suas controladas auferem receita de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (*help desk*).

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando:

- i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente;
- ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato);
- iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador;
- iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e,
- v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados. As receitas relativas à evolução tecnológica e help desk (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados são revertidas da respectiva conta de receita e registradas como redutoras de seu respectivo grupo das contas a receber. As receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

O custo relacionado com a receita das taxas de licenciamento inclui os custos de aquisição de banco de dados, os custos da mídia na qual o produto é entregue e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. O custo relacionado com a receita de serviços e manutenção é composto, principalmente, de salários do pessoal de consultoria e suporte e demais custos relacionados a essas áreas.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fábrica de software), vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes,

são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas. As Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com garantia de recompra por parte do emissor do título. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4.

2.5. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das Demonstrações Financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso (vide nota 6).

2.6. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de Demonstrações Financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele é testado na unidade geradora de caixa a que pertence, em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As Demonstrações Financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de Demonstrações Financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de Demonstrações Financeiras da controladora e de suas controladas, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do ativo imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos e intangíveis em unidades geradoras de caixa.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), havia a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43 .

Para 31 de dezembro de 2010, a Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços em desenvolvimento e manutenção de software; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. V) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a Companhia.

2.8. Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, na condição de arrendatário,, basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.9. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados (TQTV – desenvolvimento de produtos, vide nota 12.1.b), não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes, carteira de clientes adquiridas e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas, desembolsos para compras de direito de exploração de áreas e aquisição de novos produtos desenvolvidos por terceiros.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente (base setembro de 2011) o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de

venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados, em relação à perda por redução ao valor recuperável, anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 12).

2.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.12. Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%.

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

2.13. Pagamento baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus empregados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 23. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.14. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada – contribuição definida administrada por seguradora (Nota 25) e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.15. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras Intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

As taxas de descontos utilizadas durante o exercício de 2011 ficaram entre 10,75 e 12%, (10% e 11,5% em 2010). As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: Clientes, Fornecedores, Comissões e Obrigações por Aquisição de Investimentos (todos com vencimentos a longo prazo).

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro

A Companhia contratou arrendamentos mercantis para aquisição de equipamentos de informática. Com base em avaliação dos termos e condições contratuais a Companhia concluiu que assume todos os riscos e benefícios significativos dos referidos bens, desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis financeiros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- ***Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros***

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de

crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 12.2.

- ***Transações com Pagamentos Baseados em Ações***

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com executivos baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 23.

- ***Impostos***

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- ***Valor Justo de Instrumentos Financeiros***

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (vide nota 22).

- ***Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.***

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências

disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

2.19. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são classificados assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros. A

reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo e da intenção da administração.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20. Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, na prestação de serviços de implantação, na consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionadas à Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os softwares da Companhia, embora sejam destinados a diversos segmentos de negócios da economia (agroindústria, infraestrutura, construção e projetos, saúde médico-hospitalar, logística e distribuição, transportes, educacional, serviços financeiros, jurídico, varejo, e serviços) não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2011. Esses novos procedimentos e interpretações não provocam impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial.

3. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subseqüentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente (Nota 12).

3.1. Aquisição de participação com a obtenção de controle societário

2011

Em 04 de janeiro de 2011 a Companhia celebrou contrato de Compra e Venda de Quotas pelo qual adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da GENS TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. ("GENS"), sociedade detentora de ativos relacionados com a operação da empresa GENS S.A., franquia de desenvolvimento de softwares focados no segmento de saúde.

A transação envolve o montante de R\$ 17.810, vide detalhes abaixo:

Empresa	Gens Tecnologia e Informática Ltda
Setor de Atuação	Desenvolvimento de software no segmento saúde.
Data da Aquisição	04/01/2011
Participação Societária Adquirida	100%
Participação da Cia. após a Operação	100%
Valor da Operação	R\$ 17.810
Valor pago	R\$ 5.685
Valor a pagar (a)	R\$ 12.125
Alocação Intangível	R\$1.470
Alocação ágio	R\$16.340

(a) O valor será pago em 5 parcelas com vencimentos em 28 de fevereiro de 2012 a 2016

2010

Durante o exercício de 2010 a Companhia efetuou as seguintes operações de combinações de negócios:

Empresa	M2I e M2S	SRC Serviços	Mafipa
Setor de Atuação	Canais de Distribuição da marca "RM"	Franquias de desenvolvimento da marca "Datasul"	Canais de Distribuição da marca "RM"
Data da Aquisição	05/01/2010	28/07/2010	24/11/2010
Participação Societária Adquirida	100%	100%	100%
Participação da Cia. após a Operação	100%	100%	100%
Valor da Operação	R\$ 5.300	R\$ 43.000	R\$ 5.920
Valor pago	R\$ 5.300	R\$ 8.421	R\$ 2.920
Valor a pagar	-	R\$ 34.579	R\$ 3.000
Alocação Intangível	R\$4.758	R\$ 9.312	R\$ 4.861
Alocação ágio	R\$12	R\$ 33.688	R\$ 1.059

M2I e M2S - Em 05 de Janeiro de 2010 a Companhia celebrou contrato de aquisição da M2I Serviços de Implantação de Software Ltda. (“M2I”) e a M2S Serviços de Suporte Ltda. (“M2S”) por meio de sua controlada TOTVS Nordeste Software Ltda. (“TOTVS NE”). A M2I e a M2S são canais de distribuição da marca RM, baseados em Salvador/BA, dedicados à comercialização, a implementação e ao suporte do produto RM no Estado da Bahia, contam com 33 empregados. A aquisição de ambas as empresas totalizou R\$5.300, sendo R\$4.770 relativos às quotas da M2S e R\$530 relativos às quotas da M2I.

Em 26 de Janeiro de 2010 foi celebrado o Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas pelo qual a Companhia vendeu 99,98% do capital total da M2I Serviços de Implantação de Software para a compradora JRP Assessoria de Informática Ltda., pelo valor total de R\$ 840. O pagamento será efetuado em 42 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 20 cada, corrigidas monetariamente de acordo com a variação do IGPM, entre a data da assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento de cada uma das parcelas, a primeira com vencimento em 01.07.2010 e as demais no dia 01 dos meses subseqüentes.

SRC Serviços – Em 28 de julho de 2010 a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital da SRC Serviços em Informática Ltda. A SRC detém os ativos relacionados com a operação das empresas Logistics Solutions Ltda., Futura Soluções em Finanças Ltda., Action Desenvolvimento e Consultoria de Negócios Ltda., SGP - Solução de Gestão de Pessoas Ltda. e Autus Desenvolvimento de Sistemas Ltda. Franquias de Desenvolvimento de softwares aplicativos ligados à marca “Datasul” (“Franquias de Desenvolvimento”), incluindo a totalidade da carteira de clientes.

MAFIPA Serviços de Informática – Em 24 de novembro de 2010 a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital da MAFIPA Serviços de Informática Ltda. A MAFIPA detém os ativos relacionados com a operação das empresas Cygni Tecnologia em Informática Ltda e L2M Serviços de Informática Ltda., canais dedicadas à comercialização, implementação e suporte da antiga marca RM no Distrito Federal.

3.2. Aquisição de participação de acionistas minoritários em controladas

2011

Em 31 de março de 2011 a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 13 de outubro de 2009, pelo valor de R\$ 10.539, ações representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS S.A. (“TOTALBANCO”), sociedade por ações de capital fechado que atua na área de desenvolvimento de softwares para o segmento financeiro e da qual a TOTVS já detinha indiretamente 70% do Capital Social. Com a referida aquisição a TOTVS passa a deter a totalidade das ações da TOTALBANCO. Em 31 de dezembro de 2010 o montante do ágio da TOTALBANCO estava registrado no consolidado no montante de R\$ 5.060, com o total da transação no montante de R\$ 10.539, uma vez que existia uma provável exercício da opção de compra, sendo que em 2011 com a efetiva compra ocorreu o registro do ágio na controladora.

Em 30 de agosto de 2011 a Companhia celebrou contrato de transferência de Ações pelo qual adquiriu 10% do capital Social da Totvs Argentina S.A e 10% do Capital social da Datasul Argentina S.A. pelo valor total de R\$ 521, passando a deter a totalidade das ações de ambas as Companhias.

2010

Durante o exercício de 2010 a Companhia efetuou as aquisições de minoritários das seguintes subsidiárias:

Empresa	Midbyte	TQTV D
Setor de Atuação	Desenvolvimento de Softwares de varejo	Desenvolvimento Softwares para TV Digital
Data da Aquisição	05/01/10	01/06/10
Participação Societária Adquirida	30%	45%
Participação da Cia. após a Operação	100%	100%
Valor da Operação	R\$ 12	R\$ 14.266
Valor pago	R\$ 12	R\$ 5.999
Valor a pagar (ajustado a valor presente)	-	R\$ 7.107
Retenção de Lucros e Patrimônio Líquido	(R\$ 591)	R\$ 8.985

MidByte - Em 05 de janeiro de 2010 a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 26 de novembro de 2007, pelo valor de R\$ 12, ações representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da MIDBYTE INFORMÁTICA S.A. ("MIDBYTE"), sociedade por ações de capital fechado que atua na área de desenvolvimento de softwares de varejo e da qual a TOTVS já detinha 70% do Capital Social.

TQTV D – Em 01 de junho de 2010 a Companhia adquiriu, pelo valor de R\$ 14.266, 45% do capital social da controlada TQTV D Software Ltda., que atua na área de desenvolvimento e comercialização de produtos e soluções de software para televisão digital, sendo R\$ 5.999 pagos à vista e adicionalmente está previsto o pagamento de um valor variável de até R\$8.267 em função do cumprimento de determinadas metas estabelecidas para os exercícios de 2011 a 2014, que trazidos a valor presente em 31 de dezembro de 2010 totalizam R\$ 7.107. A Companhia já detinha 55% do capital social da TQTV D e, por essa aquisição passa a deter a totalidade das quotas.

Para as aquisições de minoritários os ágios gerados nas aquisições foram registrados no patrimônio líquido no grupo "reserva de capital", conforme determinado pela ICPC 9 (IFRS 3R).

3.3. Incorporações de empresas

Em 02 de setembro de 2011, a Companhia incorporou os acervos líquidos, a valor contábil, das controladas demonstradas no quadro abaixo:

	Ativo Circulante	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Acervo líquido incorporado pela Companhia
RO Resultados em Outsourcing Ltda.	6.274	6.593	383	166	6.044
Look Informática S.A.	-	-	-	-	-
BCS Sistemas Computacionais Ltda	-	32	-	-	32
BCSFLEX Com. e Serv. de Informática Ltda	-	100	-	-	100
HBA Informática Ltda	4	4	-	-	4
DTSL Sistemas e Serviços de Informática S.A.	6.623	6.770	3	-	6.767
SRC Serviços em Informática Ltda.	-	-	-	-	-

Conforme protocolo de incorporação aprovado em AGE de 31 de dezembro de 2011, os acervos líquidos das controladas foram avaliados por empresa especializada que emitiu os respectivos laudos de avaliação do patrimônio líquido ao valor contábil das sociedades com data base de 31 de agosto de 2011. As variações patrimoniais ocorridas entre 31 de agosto de 2011 e a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TOTVS.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Disponibilidades	15.802	10.281	33.169	37.074
Equivalentes de caixa				
Operações compromissadas	132.125	75.935	166.429	95.338
CDB	73.971	91.059	87.034	100.096
Fundos DI		-	447	-
	206.096	166.994	253.910	195.434
	221.898	177.275	287.079	232.508

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Títulos e Valores Mobiliários

Os saldos de títulos e valores mobiliários referem-se a contas garantidas para pagamento de aquisições de intangíveis e combinação de negócios (Nota 17), compostas de operações de CDB com compromisso de recompra pelo banco, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
YMF Participações	2.383	4.374	2.383	4.374
Gens	578	527	578	527
Tech Prod	889	1.266	1.332	1.863
Tools	1.548	1.469	1.548	1.469
Datasul MG	1.802	2.429	1.802	2.429
Datasul Saude MG	641	946	641	946
TotalBanco	1.900	2.338	1.900	2.338
Hery	3.505	4.294	3.505	4.294
ERP Cedente	476	663	476	663
SRC	32.390	34.092	32.390	34.092
Mafipa	2.614	3.031	2.614	3.031
Gens FDES	7.677	-	7.677	-
Outras	804	420	804	420
	57.207	55.849	57.650	56.446
Ativo circulante	28.354	6.118	28.502	6.317
Ativo não circulante	28.853	49.731	29.148	50.129

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Mercado interno	255.288	210.002	305.004	263.184
Mercado externo	-	-	13.451	15.652
	255.288	210.002	318.455	278.836
Ativo circulante	234.837	195.195	295.094	264.029
Ativo não circulante	20.451	14.807	23.361	14.807

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos da provisão para devedores duvidosos, por idade de vencimento (*aging list*), em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer	206.382	170.714	243.826	217.473
Títulos Vencidos				
de 1 a 30 dias	11.104	4.031	13.545	6.703
de 31 a 60 dias	3.610	4.427	5.330	6.954
de 61 a 90 dias	2.623	2.676	2.109	4.064
de 91 a 180 dias	7.140	5.780	9.921	9.023
de 181 a 360 dias	2.607	4.547	9.350	8.863
mais de 360 dias	516	1.606	2.562	4.856
	233.982	193.781	286.643	257.936

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	16.221	14.677	20.900	20.314
Complemento de provisão no exercício	8.727	7.421	16.145	10.595
Valores baixados da provisão:	(3.642)	(5.877)	(5.233)	(10.009)
Saldo em 31 de dezembro	21.306	16.221	31.812	20.900

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser altamente diluída. A Companhia possui mais de 26.000 clientes ativos na carteira e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010. A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo.

7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado/base negativa da contribuição social.

7.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Lucro antes da tributação	205.465	159.312	208.452	161.939
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(69.858)	(54.166)	(70.874)	(55.059)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	(2.389)	61	-	-
Lei 11.196/05 (Incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento) (a)	28.633	22.500	29.801	23.588
Efeito da apuração pelo lucro presumido em controlada	-	-	(5.169)	(3.044)
Juros sobre o capital próprio	11.900	9.180	11.900	9.180
Participação de administradores	(41)	201	(82)	201
Contas a receber consideradas incobráveis	(205)	(56)	(205)	(147)
Outros	(4.602)	1.164	(4.440)	870
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(36.562)	(21.116)	(39.069)	(24.411)
Taxa efetiva	17,8%	13,3%	18,7%	15,1%

- (a) A atual legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, regulado pela Lei no. 11.196 de 21 de novembro de 2005, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica. O tratamento adotado pela sociedade no reconhecimento deste benefício fiscal leva em consideração a regulamentação desta lei ocorrida em agosto de 2011. Determinadas despesas utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social prevista na regulamentação podem ensejar interpretações por parte do contribuinte que podem ser diferentes da entidade arrecadadora. A administração entende que não existem riscos mais do que possíveis de questionamentos do tratamento fiscal adotado na dedutibilidade das despesas seguindo o benefício fiscal acima mencionado.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.496)	(20.792)	(41.179)	(31.084)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.066)	(324)	2.110	6.673
	(36.562)	(21.116)	(39.069)	(24.411)

7.2. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
ATIVO				
Decorrentes de diferenças temporárias:				
Ágio em combinação de negócios	88.823	116.221	91.287	120.033
Provisão para comissões	14.584	12.933	15.379	13.634
Receitas antecipadas ou faturamento antecipado	2.045	4.247	4.777	3.163
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.244	5.515	8.435	6.274
Provisão para contingências e outras obrigações	880	1.998	880	1.998
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	18.030	9.175
Provisão para prêmio por não conversão de debêntures	9.658	8.167	9.658	8.167
Ajustes a valor presente	1.865	1.095	1.865	1.095
Outras	3.599	4.939	3.843	6.549
Total dos impostos e contribuições sociais diferidos ativos	<u>128.698</u>	<u>155.115</u>	<u>154.154</u>	<u>170.088</u>
PASSIVO				
Decorrentes de diferenças intertemporais:				
Alocação Intangível	101.688	118.515	103.134	121.379
Outras	<u>1.224</u>	<u>1.193</u>	<u>1.652</u>	<u>2.172</u>
Total dos impostos e contribuições diferidos passivos	<u>102.912</u>	<u>119.708</u>	<u>104.786</u>	<u>123.551</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Líquido	<u>25.786</u>	<u>35.407</u>	<u>49.368</u>	<u>46.537</u>

Em 2011 a Companhia está apresentando o imposto de renda diferido de forma líquida no ativo não circulante. Para fins de comparação a Companhia também está apresentando o saldo de 2010 de forma líquida.

7.3. Estimativa de recuperação de créditos

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros aprovados pelo Conselho de Administração para 31 de dezembro de 2011, estima recuperar os créditos tributários registrados no ativo não circulante e realizar o passivo não circulante nos seguintes períodos:

a) No ativo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	27.472	27.318	50.464	37.703
2013	8.216	10.779	8.444	10.851
2014	9.096	12.777	9.324	12.849
2015	62.380	81.843	64.110	82.389
2016 em diante	21.534	22.398	21.812	26.296
	128.698	155.115	154.154	170.088

b) No passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	19.683	21.082	20.036	27.387
2013	16.056	8.319	16.297	7.882
2014	14.061	9.860	14.302	9.333
2015	13.466	63.161	13.707	59.847
2016 e em diante	39.646	17.286	40.444	19.102
	102.912	119.708	104.786	123.551

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nenhum fato relevante ocorreu que indicasse limitação para a plena recuperação dos valores de tributos diferidos reconhecidos.

Movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido:

Movimentação Controladora:

	31 de dezembro de 2010	Movimentação	31 de dezembro de 2011
IR/CS Ativo	35.407	(9.621)	25.786
IR/CS s/ CTA	(1.126)	(193)	(1.319)
Outros	289	(252)	37
Total	34.570	(10.066)	24.504

Movimentação Consolidado:

	31 de dezembro de 2010	Movimentação	31 de dezembro de 2011
IR/CS Ativo	46.537	2.831	49.368
IR s/ CTA	(1.126)	(193)	(1.319)
Outros	590	(528)	62
Total	46.001	2.110	48.111

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributos a recuperar				
Imposto de renda retido na fonte	20.538	16.137	24.578	18.882
Contribuição social retida na fonte	3.039	8.589	4.749	9.956
PIS e COFINS retidos na fonte	48	89	335	342
Outros	(191)	(158)	605	714
	<u>23.434</u>	<u>24.657</u>	<u>30.267</u>	<u>29.894</u>

9. Saldos e transações com partes relacionadas

As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes, os quais todas são eliminadas para fins de consolidação.

9.1. Saldos e transações com controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos das transações com partes relacionadas classificadas como créditos com empresas ligadas no ativo não circulante podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Totvs Serviços	-	4.655
Totvs Brasília Software	3.741	1.232
Totvs Nordeste Software	3.935	1.238
RO Resultados em Outsourcing	-	1.376
BCS Comércio	36	-
Datasul Argentina	-	718
Hery Software	8	1.701
Gens	3.660	4.333
Tools	-	9
YMF	-	20
Inteligência Organizacional	-	2
Totvs Rio Software	6.766	6.734
Outros	(24)	(118)
	<u>18.122</u>	<u>21.900</u>

Os valores referem-se contas a pagar e receber entre empresas controladas, sem remuneração e ou data prevista de vencimentos.

O saldo de dividendos a receber registrado no ativo circulante da Controladora em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 4.097, refletia a proposta de destinação dos lucros de suas controladas.

	Controladora	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Dividendos a receber		
Total banco	-	4.097
	-	4.097

9.2. Transações ou relacionamentos com acionistas

A Companhia mantém contratos de locação de imóveis, incluindo as instalações onde está estabelecida sua sede, as quais são de propriedade de um dos acionistas (LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.). O valor do aluguel pago no período findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$6.345 (R\$5.409 para o período findo em 31 de dezembro de 2010), em linha com os valores de mercado. Os contratos têm vigência de 60 meses e são reajustados pelo IGP-M, a cada 12 meses.

Alguns diretores da Companhia possuem, de forma direta ou indireta, 17,92% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2011 (18,04% em 31 de dezembro de 2010), sendo a participação indireta realizada através da LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia mantém também operações de empréstimos e financiamentos (Nota 15) e de debêntures (Nota 16), transações efetuadas substancialmente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

9.3. Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, são resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Benefícios de curto prazo a empregados (a)				
Salários, honorários e bônus variáveis e	21.116	19.031	24.049	23.355
Encargos Sociais				
Previdência privada	573	506	573	505
	21.689	19.537	24.622	23.860
Pagamentos com base em ações (b)	9.598	4.106	9.598	4.107
	31.287	23.643	34.220	27.967

- a) **Benefícios de curto prazo:** Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e previdência privada, vide Nota 25
- b) **Remuneração com base em ações:** Os membros da administração (presidente, diretores e vice-presidentes) participam do Plano de Outorga de Opção de ações, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, vide Nota 23.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

10. Investimentos

Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

	Informações Contábeis resumidas das coligadas e controladas em 31 de dezembro de 2011					Equivalência Patrimonial (controladora) dos períodos findos em:		Saldo de Investimentos em:	
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Resultado do exercício	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Totvs Rio	26.543	8.980	17.563	42.800	(4.445)	(4.445)	(4.302)	17.563	7.008
Totvs Argentina	6.745	2.682	4.063	8.825	(3.838)	(3.740)	(2.427)	4.063	2.081
Totvs México	4.242	6.088	(1.846)	8.121	(9.489)	(9.501)	(5.473)	-	2.589
Totvs Corporation	2.212	-	2.212	-	4	4	14	2.212	1.963
Totvs Nordeste	14.062	5.133	8.929	6.710	(872)	(872)	(808)	8.929	9.802
Totvs Brasília	5.390	4.791	599	11.821	(896)	(896)	(935)	599	1.493
IOSSTS	6.296	(62)	6.358	6.612	3.218	3.218	2.433	6.358	3.139
Eurototvs	566	668	(102)	678	(2.603)	(2.603)	(2.707)	-	496
RO	-	-	-	10.915	4.108	4.108	1.522	-	1.939
Midbyte	6.023	459	5.564	6.106	2.536	2.536	1.843	5.564	3.028
TQTVD	20.177	2.391	17.786	7.636	(8.061)	(8.061)	(4.948)	17.786	15.871
BCS Comércio	6.801	1.049	5.752	8.858	(1.145)	(1.145)	2.334	5.752	6.897
BCS Sistemas	-	-	-	-	(42)	(42)	-	-	74
BCS FLEX	-	-	-	-	-	-	-	-	100
HBA	-	-	-	-	(28)	(28)	4	-	31
Totvs Serviços	16.620	2.713	13.907	17.277	(2.638)	(2.638)	2.636	13.907	12.461
Gens	4.635	3.755	880	4.284	2.366	2.366	(2.913)	880	-
YMF	39.092	5.183	33.909	56.261	9.328	9.328	5.233	33.909	24.583
Tools	8.015	1.274	6.741	17.433	2.603	2.603	4.324	6.741	4.137
DTSL	-	-	-	-	93	93	(97)	-	6.675
Datasul S.A. de CV	2.387	1.487	900	-	(116)	(116)	(346)	900	1.041
Datasul Incorporation	1.123	44	1.079	-	(24)	(24)	(23)	1.079	981
Datasul Argentina	1.439	105	1.334	12	(317)	(317)	(176)	1.334	2.275
Hery	4.140	1.284	2.856	14.259	417	417	343	2.856	2.442
Total banco	8.903	1.736	7.167	19.866	2.937	2.691	3.397	7.167	2.962
SRC	-	-	-	-	-	-	1.116	-	-
Gens FDES	-	-	-	-	39	39	-	-	-
Mafipa	-	-	-	-	-	-	136	-	-
						(7.025)	180	137.599	114.068

Para os seguintes investimentos foram constituídas provisões para perdas registradas no passivo não circulante:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Gens	-	1.485
Totvs México	1.846	-
Eurototvs	102	-
	1.948	1.485

A companhia desenvolveu um plano de recuperação de rentabilidade para as operações no México o qual está em fase de implementação e prevê o fechamento de duas unidades sendo suas operações administradas a partir da unidade da Cidade do México (DF).

Referente às operações na Europa a administração decidiu por encerrar suas operações e passa a administrar seus negócios naquela região por meio de sua estrutura no Brasil. Os custos relacionados ao plano recuperação foram estimados no montante de R\$ 1.819 foram provisionados em 31 de dezembro de 2011.

11.Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora					
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Outros	Total do ativo Imobilizado
Custo ou avaliação						
Saldos em 31 de dezembro de 2009	39.571	5.486	5.410	4.058	6.556	61.081
Adições	8.231	2.494	1.484	329	1.440	13.978
Baixa	(505)	(859)	(61)	(47)	(1.046)	(2.518)
Transferência	-	1	(1)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	47.297	7.122	6.832	4.340	6.950	72.541
Adições	19.584	1.271	1.562	6.849	6.753	36.019
Baixa	(4.041)	(1.791)	(453)	(707)	(1)	(6.993)
Transferência	-	1	-	-	(1)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	62.840	6.603	7.941	10.482	13.701	101.567
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(24.028)	(2.270)	(2.623)	(2.478)	(3.334)	(34.733)
Depreciação no exercício	(5.982)	(1.094)	(502)	(225)	(1.393)	(9.196)
Baixa	460	351	35	22	312	1.180
Transferência	1	-	-	-	(1)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(29.549)	(3.013)	(3.090)	(2.681)	(4.416)	(42.749)
Depreciação do exercício	(8.516)	(1.200)	(632)	(565)	(1.003)	(11.916)
Baixa	3.384	911	357	641	(1)	5.292
Transferência	-	(1)	-	-	1	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(34.681)	(3.303)	(3.365)	(2.605)	(5.419)	(49.373)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2011	28.159	3.300	4.576	7.877	8.282	52.194
Saldos em 31 de dezembro de 2010	17.748	4.109	3.742	1.659	2.534	29.792
Saldos em 31 de dezembro de 2009	15.543	3.216	2.787	1.580	3.222	26.348
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% to 10%	

Consolidado						
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, Máquinas e Equipamentos	Outros	Total do ativo Imobilizado
Custo ou avaliação						
Saldos em 31 de dezembro de 2009	46.184	6.263	7.013	5.181	7.502	72.143
Adições	9.965	2.640	1.669	477	1.582	16.333
Baixas	(786)	(1.058)	(178)	(51)	(1.101)	(3.174)
Transferências	13	-	-	(13)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	55.376	7.845	8.504	5.594	7.983	85.302
Adições	21.892	1.362	1.529	6.029	6.577	37.389
Baixas	(4.289)	(1.876)	(434)	(706)	(1)	(7.306)
Transferências	1	-	-	1	(2)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	72.980	7.331	9.599	10.918	14.557	115.385
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(26.669)	(2.542)	(3.182)	(3.202)	(3.661)	(39.256)
Depreciação do exercício	(7.391)	(1.238)	(678)	(368)	(1.457)	(11.132)
Baixa	486	458	90	218	369	1.621
Transferência	181	1	1	(183)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(33.393)	(3.321)	(3.769)	(3.535)	(4.749)	(48.767)
Depreciação do exercício	(10.926)	(1.370)	(831)	133	(1.133)	(14.127)
Baixa	4.007	1.027	416	653	268	6.371
Transferência	81	(23)	(70)	12	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(40.231)	(3.687)	(4.254)	(2.737)	(5.614)	(56.523)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2011	32.749	3.644	5.345	8.181	8.943	58.862
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.983	4.524	4.735	2.059	3.234	36.535
Saldos em 31 de dezembro de 2009	19.515	3.721	3.831	1.979	3.841	32.887
Taxas médias de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às Demonstrações Financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a vida útil-econômica desses ativos e não apresenta ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2011.

O valor contábil do imobilizado mantido sob contratos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 169 (R\$2.037 em 31 de dezembro de 2010). Não houve adições ao imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 em itens sob contratos de arrendamento mercantil financeiro.

12. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Controladora						
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	Total do Ativo Intangível
Custo ou avaliação							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	157.915	61.987	83.222	185.179	9.202	281.265	778.770
Adições	(404)	-	-	8.758	4.200	41.631	54.185
Baixas	(112)	-	-	1	-	(1)	(112)
Transferências	-	-	-	(1.299)	1.299	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2010	157.399	61.987	83.222	192.639	14.701	322.896	832.844
Adições	2.252	-	-	8.405	-	16.538	27.195
Baixas	-	-	-	-	(686)	(1)	(687)
Transferências	-	-	-	(1)	-	2	1
Saldos em 31 de dezembro de 2011	159.651	61.987	83.222	201.043	14.015	339.435	859.353
Amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(21.825)	(6.323)	(26.425)	(24.273)	(4.646)	(134.214)	(217.706)
Amortização do exercício	(15.638)	(4.092)	(18.654)	(20.177)	(1.772)	-	(60.333)
Baixa	18	-	-	-	-	-	18
Transferência	-	(1)	2	-	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(37.445)	(10.416)	(45.077)	(44.450)	(6.419)	(134.214)	(278.021)
Amortização do exercício	(16.039)	(4.093)	(18.652)	(22.494)	(2.455)	-	(63.733)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	1	-	-	(2)	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(53.484)	(14.508)	(63.729)	(66.944)	(8.876)	(134.214)	(341.755)
Valor residual							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	106.167	47.479	19.493	134.099	5.139	205.221	517.598
Saldos em 31 de dezembro de 2010	119.954	51.571	38.145	148.189	8.282	188.682	554.823
Saldos em 31 de dezembro de 2009	136.090	55.664	56.797	160.906	4.556	147.051	561.064
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	20% a 50%	10% a 12,5%	20% a 50%	(*)	

(*)Amortizado até 31/12/2008 pela taxa média de 20% a.a.

	Consolidado						Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	
Custo ou avaliação							
SalDOS em 31 de dezembro de 2009	169.229	63.655	83.221	195.466	25.734	288.884	826.189
Adições	(309)	-	-	13.517	4.205	42.174	59.587
Baixas	(118)	(3)	-	(3.513)	(31)	-	(3.665)
Transferências	3	(1)	-	(1)	(1)	-	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2010	168.805	63.651	83.221	205.469	29.907	331.058	882.111
Adições	261	(3)	-	6.331	358	9.964	16.911
Baixas	1.875	(37)	-	(1.046)	(1.024)	(3)	(235)
Transferências	-	-	1	(1)	(2)	2	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2011	170.941	63.611	83.222	210.753	29.239	341.021	898.787
Amortização							
SalDOS em 31 de dezembro de 2009	(23.392)	(6.480)	(26.425)	(25.660)	(5.862)	(134.299)	(222.118)
Amortização do exercício	(16.920)	(4.201)	(18.652)	(21.638)	(4.809)	(531)	(66.751)
Baixa	19	-	-	613	(1)	-	631
Transferência	1	-	-	-	(1)	-	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2010	(40.292)	(10.681)	(45.077)	(46.685)	(10.673)	(134.830)	(288.238)
Amortização do exercício	(16.940)	(4.201)	(18.652)	(23.251)	(5.313)	-	(68.357)
Baixa	(1.654)	4	-	148	-	-	(1.502)
Transferência	-	-	-	-	(1)	1	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2011	(58.886)	(14.878)	(63.729)	(69.788)	(15.987)	(134.829)	(358.097)
Valor residual							
SalDOS em 31 de dezembro de 2011	112.055	48.733	19.493	140.965	13.252	206.192	540.690
SalDOS em 31 de dezembro de 2010	128.513	52.970	38.144	158.784	19.234	196.228	593.873
SalDOS em 31 de dezembro de 2009	145.837	57.175	56.796	169.806	19.872	154.585	604.071
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	20% a 50%	10% a 12,5%	20% a 50%	(*)	

(*)Amortizado até 31/12/2008 pela taxa média de 20% a.a.

12.1. Ágios e intangíveis identificados nas combinações de negócios

A composição dos ágios em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e a movimentação nos respectivos exercícios são apresentadas conforme segue:

	31 de dezembro de 2009	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2010	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2011
RM (a)	90.992	-	-	90.992	-	-	90.992
Logo Center (a)	5.703	-	-	5.703	-	-	5.703
Totvs BMI (a)	2.053	-	-	2.053	-	-	2.053
Midbyte	1.765	-	-	1.765	-	-	1.765
IOSSTS (a)	2.643	-	-	2.643	-	-	2.643
BCS (a)	10.610	1.211	-	11.821	-	-	11.821
Datasul (a)	30.084	-	-	30.084	-	-	30.084
Setware	961	-	-	961	-	-	961
Hery	3.174	(247)	-	2.927	-	-	2.927
TotalBanco (c)	6.600	923	-	7.523	(1.515)	-	6.008
M2I (d)	-	531	(531)	-	-	-	-
M2S	-	12	-	12	-	-	12
SRC	-	33.688	-	33.688	-	-	33.688
Mafipa (e)	-	6.056	-	6.056	(4.861)	-	1.195
Gens FDES (b)	-	-	-	-	16.340	-	16.340
	<u>154.585</u>	<u>42.174</u>	<u>(531)</u>	<u>196.228</u>	<u>9.964</u>	<u>-</u>	<u>206.192</u>

(a) Empresas incorporadas pela Totvs.

(b) Combinação de negócios 2011;

(c) Ajuste do valor pago sob a opção de compra registrado pela companhia para fins de consolidado.

(d) Empresa alienada em 2010.

(e) Empresa adquirida no final de 2010 com alocação de intangíveis no exercício de 2011

A adição de intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 16.340 refere-se a ágios das operações de combinações de negócios mensurados pelo valor justo (Nota 3).

A partir de 01 de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados. Para mensuração dos demais ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios, mensurados pelos valores justos, foram utilizadas metodologias de fluxo de caixa descontado a valor presente e custo de reposição. Para a estimativa do valor pela metodologia de fluxo de caixa descontado foi utilizada a taxa de 15% a 22,8% a.a. (em termos reais), variando de acordo com o ativo intangível analisado. A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos são fundamentados em estudo técnico de empresa especializada independente.

O grupo de “**Outros Intangíveis**” é composto basicamente por direitos de exploração de áreas e desenvolvimento de novos produtos que tem as seguintes características:

a) Direitos de exploração de áreas

Os direitos de exploração de áreas estão relacionados às aquisições das carteiras de clientes das regiões do Grande ABC de São Paulo e do Estado de Minas Gerais, anteriormente atendidas por franquias da Microsiga e Logocenter. Estes direitos são amortizados de forma linear pelo prazo de 84 a 120 meses, segundo as expectativas de rentabilidades futuras, fundamentadas em laudos de avaliação emitidos por empresas especializadas independentes que utilizam o critério de fluxo de caixa descontado.

b) Desenvolvimento de novos produtos

O desenvolvimento de novos produtos representa os gastos incorridos pela Companhia com o desenvolvimento do software “Ginga TQTVD” que permitirá a implementação de aplicações interativas para a TV Digital, e que serão parte dos aportes previstos para a TQTVD.

Em novembro de 2007, a Companhia fechou uma associação com a Quality Software S.A. (“Quality”) objetivando o desenvolvimento de um software intermediário (*middleware*) denominado “Ginga TQTVD”, que permite a implementação de aplicações interativas para a TV Digital. Em decorrência desta associação a Companhia adquiriu, em janeiro de 2008, 700 quotas equivalentes a 70% do capital social da empresa TQTVD Software Ltda. (“TQTVD”). Em janeiro de 2009 a participação da Totvs no capital da TQTVD foi reduzido para 55%, em função do desempenho obtido pela Quality Software S.A. (parceira da Totvs nesse empreendimento no desenvolvimento do produto, conforme cláusula contratual, sendo que em 01 de junho de 2010 a Companhia adquiriu os 45% remanescentes, passando a deter a totalidade das quotas do capital da TQTVD.

12.2. Análise do valor recuperável de ativos

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2011, além do período de 5 anos variaram de 0% a 2%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 7,85 % a 20,6% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas** – As receitas foram projetadas entre 2012 e 2016 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais** – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- **Investimentos de capital** – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infra-estrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente (Base setembro/2011).

13. Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Obrigações trabalhistas				
Salários a pagar	8.687	6.926	10.578	10.083
Plano de previdência a pagar	618	371	651	444
Férias a pagar	34.790	25.062	40.948	32.043
PLR e Bônus	1.299	7.562	1.317	9.429
Outros	5.957	5.052	8.371	7.771
	51.351	44.973	61.865	59.770
Obrigações sociais				
FGTS a pagar	2.409	5.401	2.881	6.989
INSS a pagar	7.032	1.767	8.239	2.313
	9.441	7.168	11.120	9.302
	60.792	52.141	72.985	69.072

14. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
BNDES (a)	157.956	210.370	157.956	210.370
FINEP (b)	2.886	5.019	2.886	5.019
Contas garantidas e outras	-	130	2.126	2.870
	160.842	215.519	162.968	218.259
Passivo circulante	58.043	59.289	58.999	62.029
Passivo não circulante	102.799	156.230	103.969	156.230

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	-	53.378	-	53.378
2013	51.678	51.705	52.848	51.705
2014	51.121	51.147	51.121	51.147
Passivo não circulante	102.799	156.230	103.969	156.230

Abaixo, demonstramos a movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	215.519	216.081	218.259	217.876
Juros Incorridos	10.889	14.742	11.946	15.687
Amortizações	(65.566)	(15.304)	(67.237)	(15.304)
Saldo em 31 de março	160.842	215.519	162.968	218.259

a) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 19 de agosto de 2008 foi aprovada pelo Conselho de Administração a tomada de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no valor de R\$204.500, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – PROSOFT.

Em setembro de 2008, foi disponibilizado à Companhia o montante de R\$160.000, o qual possui como garantia carta de fiança bancária. Em abril de 2009 foram disponibilizados mais R\$ 44.500, em complemento à tomada de crédito aprovada em 2008.

O empréstimo tem como finalidade o financiamento da pesquisa com inovação dos produtos de *software*, reposicionamento da marca e reestruturação dos canais de vendas, sendo remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de juros de 1,5% ao ano, com vencimentos semestrais.

b) Desenvolvimento de software – FINEP – Financiadora de estudos e projetos

O referido empréstimo – contratado pela então controlada Datasul – é remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de juros de 5% ao ano e está garantido por cartas de fianças bancária.

15. Financiamento por arrendamento financeiro

Os saldos de arrendamentos mercantis a pagar apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
HSBC Leasing	-	73	-	73
CSI LEASING	-	192	12	242
ITAÚ LEASING	151	1.584	151	1.627
REAL LEASING	-	41	-	41
BRADESCO LEASING	18	54	18	54
	169	1.944	181	2.037
Passivo circulante	169	1.839	181	1.923
Passivo não circulante	-	105	-	114

A Companhia contratou arrendamentos financeiros e contratos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos financeiros e contratos de arrendamento juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora		Consolidado	
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	169	169	181	181
Um ano até cinco anos	-	-	-	-
Mais que cinco anos	-	-	-	-
Total de pagamentos mínimos de arrendamentos	169	169	181	181
Menos valores que representam encargos financeiros	-	-	-	-
Valor presente de pagamentos de arrendamento mínimos	169	169	181	181

16. Debêntures

a) *Descrição da operação*

Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram captação de R\$ 200.000 através da emissão de até 100.000 ("Units"), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos por duas debêntures não destacáveis, sendo uma debênture conversível da 1ª série e uma debênture conversível da 2ª série.

Em 26 de agosto de 2009, com o intuito de detalhar a forma de cálculo e de atualização: (a) da remuneração das debêntures conversíveis em ações de ambas as séries da 1ª emissão privada da Companhia ("Debêntures"); (b) do prêmio de não conversão das Debêntures; (c) dos percentuais de conversão; (d) do prêmio sobre o preço em caso de conversão obrigatória das Debêntures a Companhia celebrou o 2º aditamento ao instrumento particular de escritura de 1ª emissão de debêntures.

As debêntures da 1ª série serão remuneradas com base no IPCA acrescido de juros de 3,5% ao ano, limitados a TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos anualmente em 19 de agosto. As debêntures da 2ª série serão remuneradas com base na TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos semestralmente em 19 de fevereiro e 19 de agosto.

A Companhia pagará *pro rata temporis* a remuneração devida até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: (i) eventuais conversões de debêntures; (ii) amortizações programadas; (iii) vencimento antecipado; e (iv) vencimento final ou liquidação das debêntures.

As Units terão conversão obrigatória em ações ordinárias da Companhia, caso a partir da data de sua emissão, o preço médio ponderado de 360 dias das ações da Companhia, calculado nos pregões na Bolsa de Valores de São Paulo – ("Bovespa") e apurado na data de aniversário das Units, em cada período, seja maior que o preço médio ponderado por volume da ação da Companhia, também calculado nos pregões na Bovespa, no período compreendido entre 6 de junho a 31 de agosto de 2008 ("período base"), acrescido do prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, durante os três primeiros aniversários da debênture, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subseqüentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escrituração das debêntures e atualizados com base na média geométrica entre o IPCA + 12% e TJLP +9% para o número de dias corridos entre a data de apuração e a data de emissão.

Caso a valorização atinja as condições acima descritas os debenturistas ficarão obrigados a converterem as debêntures, sendo que a conversão obrigatória somente poderá ocorrer após 2 anos da data de sua emissão, ou seja, 19 de agosto de 2010 (já convertida), em até 15% das debêntures emitidas, até 30% em 2011 (já convertida), até 45% em 2012, e até 60 % em 2013.

O preço de conversão, caso essa ocorra, também será o preço médio ponderado por volume das ações da Companhia, calculado nos pregões da Bovespa no período base, acrescido de prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, para as possíveis conversões a se realizarem a partir de 2012, reduzindo-se para 42% e 40% nos anos subseqüentes. Para efeito de apuração do valor

ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escrituração das debêntures.

A conversão voluntária das debêntures, a critério dos debenturistas, poderá ser efetuada considerando os limites percentuais por ano e preço de conversão, descritos acima. Não obstante a esses percentuais máximos de conversão mencionados, os debenturistas poderão converter 100% dos títulos caso: i) um terceiro adquira mais de 20% das ações da Companhia ou ii) no caso do número de conselheiros independentes no Conselho de Administração da Companhia ser inferior a 50%.

O preço de conversão será simultâneo e proporcionalmente ajustado sempre que houver aumento de capital.

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado, caso não sejam cumpridas determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias. Em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2011, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estipuladas.

A emissão não será objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários, uma vez que as debêntures emitidas pela Companhia têm como característica a colocação privada restrita aos acionistas da Companhia na data de emissão, sem qualquer esforço de venda no mercado em geral.

b) Cláusula de “não conversão das debêntures”

Em caso de não conversão, as debêntures farão jus a um prêmio de não conversão, sendo para as debêntures da 1ª série equivalente à diferença entre o IPCA acrescido de 8,0% ao ano e a remuneração mencionada no acima, e para as debêntures da 2ª série equivalente a juros de 3,5% ao ano. O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série será corrigido pelo IPCA acrescido de 8,0% ao ano e da 2ª série serão corrigidos pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

O prêmio de não conversão será pago em, no máximo 06 parcelas, e em até 03 anos contadas a partir do pagamento da última parcela do principal e juros (19 de fevereiro de 2017).

c) Saldo em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o saldo era composto da seguinte forma:

Emissão	Debêntures	Encargos financeiros Anuais	Preço Unitário	Controladora e Consolidado	
				31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
1ª série	100.000	IPCA* + 3,5% limitada à TJLP + 1,5%	1,00	71.091	86.965
2ª série	100.000	TJLP + 1,5%	1,00	71.091	86.965
		Sub-Total		142.182	173.930
		Prêmio por não conversão		14.929	9.597
		Valor justo de conversões futuras		13.477	14.423
		Total		170.588	197.950
		Passivo circulante		39.385	12.155
		Passivo não circulante		131.203	185.795

* Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

O valor do montante de longo prazo possui prazo de vencimento conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Agosto de 2012	-	4.637
Agosto de 2013	36.273	1.561
Agosto de 2015	32.000	68.000
Agosto de 2016	48.001	102.000
Fevereiro de 2017 em diante	14.929	9.597
	131.203	185.795

	Debêntures e Prêmio de Não Conversão Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	183.527	217.437
Juros Incorridos	16.554	23.931
Amortizações	(42.970)	(57.841)
Saldo em 31/12/2011 e 31/12/2010	157.111	183.527

	Valor justo de conversões futuras Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	14.423	-
Atualização a valor de mercado	5.324	14.423
Reversões	(6.270)	-
Saldo em 31/12/2011 e 31/12/2010	13.477	14.423

d) Conversão de debêntures

Primeira conversão (2010)

Em 19 de agosto de 2010 o preço médio dos últimos de 360 dias das ações da Companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, consequentemente foram alcançados os parâmetros que tornam obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 15% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 306.870 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 97,747683 por ação, consequentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$29.996 mediante a amortização desse valor no saldo principal (Units) das debêntures. (vide nota 16a).

Em razão da emissão de ações aos debenturistas pelo valor de contrato que está abaixo do preço de mercado a Companhia registrou, em 19 de agosto de 2010, um deságio na emissão de ações que totalizou R\$ 7.448 que foi registrado como despesa financeira no exercício desde o momento que a probabilidade de conversão se tornou provável.

Segunda conversão (2011)

Em 19 de agosto de 2011 o preço médio ponderado dos últimos de 360 dias das ações da Companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, consequentemente foram alcançados os parâmetros que tornam obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 30% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 1.389.191 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 21,596713 por ação, consequentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$30.002 mediante a amortização desse valor no saldo principal (Units) das debêntures. (vide nota 16a).

Em razão da emissão de ações aos debenturistas pelo valor de contrato que está abaixo do preço de mercado a Companhia registrou, em 19 de agosto de 2011, um deságio na emissão de ações que totalizou R\$6.270 que foi registrado como despesa financeira desde o momento que a probabilidade de conversão se tornou provável.

O saldo que permanecia no passivo até a ocorrência da conversão foi transferido para uma conta patrimonial totalizando R\$13.718 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 7.448 em 31 de dezembro de 2010)

f) Avaliação de conversões futuras

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures foi feita a avaliação, por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura tendo sido o montante reconhecido após a avaliação da provável conversão de opção em ações da companhia em todas as tranches com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação (que considera o preço futuro das ações comparado com os preços estabelecidos para a conversão ("strike price") e demais variáveis previstas na escritura de debêntures, usando o método de Monte Carlo de precificação de opções na data de encerramento das demonstrações financeiras. Foram levados em consideração os CPCs 38 (IAS 39), e 39 (IAS 32) para avaliação da transação e também os valores reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2011 a companhia possui um passivo de R\$13.477 relacionado as tranches não exercidas(R\$ 14.423 em 31 de dezembro de 2010) , que tem como contrapartida o resultado financeiro.

Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa dos montantes que foi contabilizada poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

17. Obrigações por aquisição de investimentos

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado. Estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
YMF (a)	2.450	4.374	2.450	4.374
Tools (a)	1.577	1.469	1.577	1.469
Gens (a)	588	522	588	522
Techprod (a)	905	1.266	905	1.266
Argentina	-	-	-	-
Midbyte	-	717	-	717
Techserv (a)	-	-	443	597
TotalBanco	1.977	2.338	1.977	2.338
Hery	3.612	4.294	3.612	4.294
Datasul MG	1.876	2.429	1.876	2.429
Datasul Saúde MG	641	946	641	946
ERP Cedente	481	663	481	663
Logmann	-	782	-	782
TQTVD	4.836	7.107	4.836	7.107
SRC	33.214	34.092	33.214	34.092
Mafipa	2.668	3.031	2.668	3.031
Gens FDES	8.407	-	8.407	-
Outras (a)	259	426	259	426
Total	63.491	64.456	63.934	65.053
Passivo circulante	31.477	10.382	31.625	10.581
Passivo não circulante	32.014	54.074	32.309	54.472

(a) Os índices de reajustes das parcelas variam de 100% a 100,5% do CDI.

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Ano	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	-	34.067	295	34.067
2013	18.070	15.939	18.070	16.072
2014	5.578	3.564	5.578	3.829
2015	3.835	504	3.835	504
2016	4.531	-	4.531	-
Passivo não circulante	32.014	54.074	32.309	54.472

(*) os valores registrados no passivo não circulante são ajustados a valor presente pela taxa de 11% a.a. em 2011 (10,75% em 2010)

18. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

a. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Provisão para Contingências	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributárias	686	545
Civil	621	1.728
Trabalhistas	1.281	3.603
	2.588	5.876

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, é como segue:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.419	2.589	1.645	10.653
(+) Complemento de provisões	71	930	285	1.286
(+) Atualização monetária	-	424	248	672
(-) Reversão de provisão não utilizada	(5.945)	(340)	(450)	(6.735)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	545	3.603	1.728	5.876
(+) Complemento de provisões	18	124	551	693
(+) Atualização monetária	123	512	130	765
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	(2.958)	(1.788)	(4.746)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	686	1.281	621	2.588

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Previdenciárias	3.470	3.197
Tributárias	792	2.331
Outros (Cíveis + Trabalhistas)	197	388
	4.459	5.916

O detalhe das principais ações cuja provisão foi contabilmente reconhecida é como segue:

Tributárias

A filial de Belo Horizonte da Companhia está discutindo, em duas ações de consignação em pagamento ajuizadas contra os municípios de Uberlândia e Vitória, se eles fazem jus a exigir o recolhimento do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISSQN às alíquotas que variam de 2% a 5%, ou se o imposto é devido ao município de Belo Horizonte no qual a alíquota é de 2%. A Companhia entende que o ISS é devido ao município de Belo Horizonte onde ocorre o desenvolvimento do serviço. Dessa forma, a Companhia tem efetuado os depósitos judiciais no âmbito das referidas ações judiciais considerando as alíquotas requeridas pelos municípios e registrando provisão para contingência no valor equivalente a 3%. Em 31 de dezembro de 2011, a provisão reconhecida para essas demandas judiciais totalizam R\$ 465 (R\$364 em 31 de dezembro de 2010) e os depósitos judiciais efetuados até 31 de dezembro de 2011 totalizavam R\$ 771 (R\$2.331 em 31 de dezembro de 2010).

Cíveis

A Companhia figura como ré em ações indenizatórias ajuizadas por clientes para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, assim como, de ações indenizatórias ajuizadas por agentes de negócios, relativamente a rescisões contratuais cumuladas com cobrança e pedidos de indenização. Em 31 de dezembro de 2011, a provisão constituída para essas demandas totaliza o montante de R\$ 621 (R\$1.728 atualizados em 31 de dezembro de 2010).

Trabalhistas

A Companhia possui provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, horas extras e equiparação salarial. O valor provisionado é de R\$ 1.281 em 31 de dezembro de 2011 (R\$3.603 em 31 de dezembro de 2010).

b) Outros processos em andamento (Classificação de perda "Possível")

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Previdenciárias	17.218	15.959
Tributárias	21.146	19.445
Cíveis	37.000	23.823
Trabalhistas	8.997	5.741
	84.361	64.968

A seguir o resumo das principais ações em andamento:

Previdenciárias

Em 04 de maio de 2007, foi ajuizada pelo INSS execução fiscal contra a Companhia no montante de R\$ 1.604 (R\$ 2.407 atualizados em 31 de dezembro de 2011 e R\$2.243 atualizados em 31 de dezembro de 2010), referentes às contribuições sociais destinadas a terceiros (SESC e SENAC) incidentes sobre a remuneração paga a empregados que lhe prestaram serviços no período de março de 1999 a julho de 2000. A quantia de R\$1.626 (R\$ 2.440 atualizados até 31 de dezembro de 2011, R\$2.243 atualizados até 31 de dezembro de 2010) foi depositada em juízo em 2007, e registrada no ativo não circulante. A Companhia apresentou Embargos à Execução e aguarda decisão de primeira instância.

A Companhia sucedeu a discussão em embargos à execução fiscal (2002.72.01.004009-5) a inexigibilidade da NFLD 35.058.091-0, originalmente lavrada em face da Datasul S.A., cujo valor inicial é de R\$3.862(R\$ 8.762 atualizados até 31 de dezembro de 2011 e R\$8.228 atualizados até 31 de dezembro de 2010). Referida notificação foi imposta pelo INSS em razão de suposta irregularidade em terceirização de serviços. A discussão do mérito dos embargos encontra-se suspensa ainda sem decisão de primeiro grau.

Em 28 de junho de 2010 foram lavrados autos de infração pelos fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 5.113 (R\$ 6.031 atualizados até 31 de dezembro de 2011 e R\$5.427 atualizados até 31 de dezembro de 2010) que objetivaram, em síntese: (i) uma suposta caracterização de autônomos e pessoas jurídicas como segurados empregados; e (ii) responsabilidade solidária por serviços prestados por empresa de trabalho temporário. Os autos de infração foram lavrados em substituição à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito nº 35.136.711-0, de 30/08/2000, julgada nula por decisão da Quarta Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social.

A Companhia apresentou as respectivas impugnações aos autos de infração e aguarda a manifestação da Receita Federal.

Tributárias

Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2008, foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal auto de infração (16561.000112/2008-19) no montante de R\$3.628 (R\$ 4.869 atualizado até 31 de dezembro de 2011, R\$4.426 atualizado até 31 de dezembro de 2010), relativos a questionamentos por ter deixado de adicionar ao seu lucro líquido tributável parte dos lucros a ela supostamente disponibilizados por empresa controlada no exterior e sobre amortização indevida, na apuração do lucro tributável, do valor do ágio apurado na incorporação da ABR1 pela Companhia nos anos calendário de 2003 a 2006. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal.

A Companhia sofreu 08 (oito) autuações pela Municipalidade de São Paulo para exigência do ISS, relativo ao período de 1996 a 2000, no valor R\$804 (R\$ 6.847 atualizados até 31 de dezembro de 2011 e R\$6.046 atualizados até 31 de dezembro de 2010). As autuações foram mantidas na esfera administrativa, uma vez que a Municipalidade de São Paulo entende que os serviços prestados pela filial de Joinville seriam na verdade desenvolvidos dentro dos limites do Município de São Paulo. Atualmente a Companhia aguarda a distribuição dos executivos fiscais. A administração e os assessores jurídicos da Companhia entendem que o serviço é todo desenvolvido na filial (Joinville) e consideram que o imposto foi devidamente recolhido naquele município.

Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2007, a Companhia sucedeu o auto de infração lavrado em face da Datasul S.A., no montante de R\$1.357 (R\$1.960 atualizados até 31 de dezembro de 2011 e R\$1.799 atualizados em 31 de dezembro de 2010), relativos a questionamentos por ter deixado de recolher na fonte o imposto de renda sobre valores pagos por terceiros aos beneficiários de cartões de incentivos instituídos em Plano de Marketing anteriormente adotado. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal.

A Companhia sucedeu a discussão em 05 (cinco) Autos de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal em face da RM Sistemas S/A em 11/01/2010. As autuações têm como objeto supostas divergências na apresentação da GFIP's/GRFP's, além de visar o recolhimento de contribuições incidentes sobre as verbas salariais pagas aos empregados, notas fiscais de serviços e recibos de patrocínio. As defesas foram apresentadas nas épocas próprias, aguardando apreciação pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Eventuais perdas sofridas nestas autuações serão suportadas pelos antigos proprietários da RM Sistemas S/A, nos termos dos contratos de venda e compra celebrados com a Companhia. Estas autuações representam em 31 de dezembro de 2011 o total atualizado de R\$ 4.029.

Cíveis

A Companhia figura como ré em ações ordinárias ajuizadas por clientes e terceiros para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, totalizando o valor de R\$ 37.000 atualizados até 31 de dezembro de 2011 (R\$23.823 em 31 de dezembro de 2010).

Trabalhistas

A Companhia é parte em processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, nos quais são requeridos: pagamento de horas extras, reconhecimento de vínculo, 13º salário entre outros, totalizando o valor de R\$ 8.997 atualizados até 31 de dezembro de 2011 (R\$5.741 em 31 de dezembro de 2010).

c) Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia era composto por 159.466.791 ações ordinárias nominativas emitidas e totalmente pagas sem valor nominal (31.459.272 em 31 de dezembro de 2010), conforme demonstrado abaixo:

Acionista	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Ações	%	Ações	%
LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.	26.760.990	16,78%	5.352.198	17,01%
BNDES Participações S.A.	14.520.987	9,10%	1.657.527	5,27%
Genesys Asset Managers, LLP	9.657.847	6,06%	1.576.704	5,01%
Dynamo Administração de Recursos Ltda.	5.946.395	3,73%	434.807	1,38%
Miguel Abuhab	4.937.794	3,10%	1.189.279	3,78%
Laércio José de Lucena Cosentino	1.580.180	0,99%	316.036	1,01%
Ernesto Mário Haberkorn	16.810	0,01%	3.362	0,01%
Yafo Fundo de Investimento em Ações	0	0,00%	387.000	1,23%
HG Senta Pua Fia	43.500	0,03%	8.700	0,03%
Outros	96.002.288	60,20%	20.533.659	65,27%
	159.466.791	100,00%	31.459.272	100,00%

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 540.000. Dentro do limite do capital autorizado, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Adicionalmente, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como os administradores e empregados de outras

sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferências para os acionistas.

Conforme mencionado na nota 16, em função da conversão de debêntures em ações da Companhia, em 19 de agosto de 2010, o conselho de administração da TOTVS aprovou a emissão de 306.870 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 97,747683 por ação, com conseqüente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$ 29.996.

Em 18 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital de 1.000 (mil) ações ao preço de R\$46,16 por ação, totalizando R\$ 46, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 406.535, dividido em 31.460.272 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 21 de março de 2011, a Companhia efetuou o desdobramento de ações, no qual, cada ação de emissão da Companhia passou a ser representada por 5 (ações) que passaram a ser negociadas em 22 de março de 2011.

Em 19 de agosto de 2011 o Conselho de Administração homologou o aumento de capital de 1.389.191 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$21,596713 por ação, totalizando R\$30.002.

b) Reservas de capital

Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foram compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Reserva de ágio (a)	31.557	31.557
Reserva de ágio por incorporação (b)	14.330	14.330
Debêntures convertidas em ações (valor justo) (nota 16 (d) / (e))	13.718	7.449
Plano de outorga de ações (nota 23)	16.670	7.070
	76.275	60.406

(a) A Reserva de ágio no montante de R\$ 31.557 é decorrente de integralizações efetuadas no exercício de 2005.

A reserva de capital poderá ser utilizada, conforme previsão legal, para:

- i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
- ii) resgate, reembolso ou compra de ações;
- iii) resgate de partes beneficiárias;
- iv) incorporação ao capital social; ou
- v) pagamento de dividendos a ações preferências, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital.

d) Orçamento de capital destinação da reserva de retenção de lucros

A proposta de orçamento de capital de 31 de dezembro de 2011 da Diretoria da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2011, ad referendum da Assembléia Geral Ordinária, destina o saldo total da conta de reserva para retenção de lucros, no montante de R\$171.240, para as aplicações demonstradas abaixo:

<u>Aplicações:</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Projetos de expansão, reposição de ativos e pesquisa e desenvolvimento.	<u>348.988</u>	<u>264.121</u>
Total das aplicações	<u>348.988</u>	<u>264.121</u>
 <u>Fontes:</u>		
Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2010	<u>171.240</u>	<u>110.293</u>
Caixa estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2010 (não auditado)	<u>177.748</u>	<u>153.828</u>
Total das fontes	<u>348.988</u>	<u>264.121</u>

20. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

Em 20 de dezembro de 2011 o Conselho de Administração autorizou a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no montante de R\$ 35.000 (R\$ 27.000 em 2010), a ser imputado no dividendo mínimo obrigatório, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

	Controladora	
	2011	2010
Lucro líquido do exercício da controladora	168.903	138.196
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(8.445)	(6.910)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	160.458	131.286
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	40.115	32.822
Dividendos adicionais propostos pela administração	59.396	54.285
Dividendos propostos pela administração	99.511	87.107
Forma de pagamento:		
(-) Juros sobre o capital próprio pagos	35.000	27.000
Dividendos	64.511	60.107
	99.511	87.107
Movimentação dos dividendos no Patrimônio Líquido:		
Dividendos referentes ao exercício anterior	(54.285)	43.526
Dividendo mínimo obrigatório do exercício	40.115	5.822
Total de dividendos subtraídos do Patrimônio Líquido	(14.170)	49.348
Quantidade de ações em 31 de dezembro (*)	159.466.791	157.296.360
Dividendo e juros sobre o capital próprio por lote de 1000 ações – em reais	R\$ 624,02	R\$ 553,78

(*) Valores pós split de 21 de março de 2011.

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar de R\$ 40.470 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 33.139 em 31 de dezembro de 2010) inclui a distribuição do exercício demonstrada acima, assim como o saldo residual de exercícios anteriores.

Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis, portanto estão sendo apresentadas em linhas distintas demonstrando o efeito do imposto de renda.

21. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial.

Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

Em 31 de dezembro de 2011, os principais seguros contratados são:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade	Valor Total Segurado
		De	Até		
Compreensivo Empresarial	Sul América	13/6/2011	13/6/2012	30.000	105.000
Responsabilidade Civil Geral	Sul América	13/6/2011	13/6/2012	4.000	18.000
Veículos	Liberty Seguros	7/1/2011	7/1/2012	1.150	4.336

22. Instrumentos Financeiros e Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Demonstrações Financeiras:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	287.079	232.508	287.079	232.508
Títulos e Valores Mobiliários	57.650	56.446	57.650	56.446
Contas a Receber, líquidas	286.643	257.936	286.643	257.936
Impostos a recuperar	30.267	29.894	30.267	29.894
Outros ativos	22.830	31.393	22.830	31.393
Total	684.469	608.177	684.469	608.177
Passivos Financeiros				
Empréstimos e Financiamentos	162.968	218.259	162.968	218.259
Arrendamentos Mercantis	181	2.037	181	2.037
Debêntures e prêmio de não conversão	157.111	183.527	157.111	183.527
Valor justo das debêntures conversíveis	13.477	14.423	13.477	14.423
Contas a pagar e fornecedores	62.732	55.944	62.732	55.944
Dividendos	40.470	34.302	40.470	34.302
Impostos a pagar	6.544	5.903	6.544	5.903
Outras obrigações	68.925	70.927	68.925	70.927
Total	512.408	585.322	512.408	585.322

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A parcela das debêntures conversíveis e as debêntures tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo, conforme nota 16.

b) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, direta ou indiretamente, como os preços ou derivada de preços; e
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Ativos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações Financeiras	-	253.910	-

Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos E Financiamentos	-	162.968	-
Debêntures	-	-	157.111
Valor justo das conversões futuras	-	13.477	-

c) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as Companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Durante o exercício de 2011, conforme nota explicativa nº 16, a Companhia reconheceu o impacto do valor justo das ações emitidas aos debenturistas, em função da conversão obrigatória das debêntures (15%) em ações da Companhia, e projetou o impacto do valor justo das futuras conversões (2012 e 2013). Portanto, o prêmio de não conversão de 60% das debêntures (% máximo de conversão) foi estornado, restando provisionado somente o prêmio de não conversão das debêntures não convertidas em ações (40%).

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP e IPCA, para financiamentos junto ao BNDES e para as debêntures emitidas e CDI para aplicações financeiras.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Conforme descrito na Nota 16, as debêntures emitidas pela Companhia são de caráter privado e tem características próprias, que impossibilitam a obtenção de um valor de mercado. Dessa forma, a Companhia considera que o valor contábil das debêntures é o mais próximo do valor de mercado para esses títulos.

Com relação aos financiamentos, referem-se a operações efetuadas dentro do Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – PROSOFT, para os quais o BNDES considera as condições de cada Companhia, na obtenção do financiamento. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,25% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldos em 31 de dezembro de 2011	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	R\$ 253.910	CDI	10,75%	8,06 %	5,38%
Receita financeira			R\$ 27.295	R\$20.465	R\$13.660

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2011, foi definido o cenário provável para o ano de 2012 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
	R\$ 162.968		12.223	14.667	17.112
Financiamentos - BNDES	R\$ 157.111	TJLP	6.00%	7.50%	9.00%
Taxa sujeita à variação					
Debêntures		IPCA	17.472	19.249	20.955
Taxa/índice sujeitos às variações			5.00%	6.25%	7.50%
			6.00%	7.50%	9.00%

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Gestão de Risco Financeiro

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

i) Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e IPCA e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas.

d) Operações com derivativos

Com exceção da operação de derivativos embutidos descrito na nota 16, a Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Totvs controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	331.599	415.413	333.737	418.246
Obrigações por aquisição de investimentos	63.491	64.456	63.934	65.053
(-) Caixa e equivalente de caixa	(221.898)	(177.275)	287.079	232.508
(-) Títulos e Valores mobiliários	(57.207)	(55.849)	(57.650)	(56.446)
Dívida líquida	115.985	246.745	627.100	659.361
Patrimônio líquido	749.867	619.862	749.867	631.576
Patrimônio líquido e dívida líquida	865.852	866.607	1.376.967	1.290.937

23. Plano de outorga de opção de ações

Os principais eventos relacionados ao plano são:

- Em 26 de novembro de 2007 a Assembléia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Outorga de Opção de Ações. Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base em indicação do Comitê de Remuneração e Direção de Recursos Humanos, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, assim como a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções.

- Em 30 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos participantes do plano e o número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das respectivas opções, totalizando 270.057 opções de ações, com preço de exercício de R\$46,16, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificado nos pregões dos 5 dias anteriores.

- Em 22 de janeiro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a concessão da 2ª outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 182.555 opções de ações, com preço de exercício de R\$36,04, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificado nos pregões dos 5 dias anteriores.

- Em 22 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a concessão da 3ª outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções totalizando 335.315 opções de ações, com preço de exercício de R\$116,79, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificado nos pregões dos 5 dias anteriores.

- Em 19 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a concessão da 4ª e última outorga do plano de opção de ações da Companhia, a eleição dos participantes elegíveis a respectiva outorga e o número de ações que cada um dos participantes poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 370.842 opções de ações ao preço de exercício de R\$151,90, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificado nos pregões dos 5 dias anteriores. Tal outorga possui 2 prazos de carência para o exercício das opções, quais sejam (i) 50% das opções poderão ser exercidas a partir de 30 de janeiro de 2014 e (ii) 50% das opções poderão ser exercidas a partir de 30 de janeiro de 2015. Com a aprovação desta outorga a Companhia respeitou o limite 3,3% de ações destinadas do capital social, contados da data de aprovação do plano pela Assembléia Geral Companhia, bem como declarou encerrado o Plano de Opções de Ações.

- Em 21 de março de 2011 ocorreu o split de ações, sendo que uma ação passou a representar cinco ações.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo *Black-Scholes* de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Outorga	Precificação de Opções (*)	Premissas valor justo			
		Expectativa de:		Taxa de juros livre de risco	Prazo Maturidade
		Dividendos	Volatilidade		
1ª	3,17	2,40%	37,94%	11,75%	4 anos
2ª	2,24	3,30%	38,54%	11,25%	4 anos
3ª	7,96	1,97%	37,37%	10,75%	4 anos
4ª	13,29 e 14,85	2,00%	37,37%	10,75%	4 anos
5ª	7,41, 8,98 e 10,23	2,00%	34,60%	10,75%	4 e 5 anos

(*) Valores pós split de 21 de março de 2011.

A movimentação das opções no período é demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado (*)			
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Quantidade	Preço Médio (R\$)	Quantidade	Preço Médio (R\$)
Saldo de opções de compra no início do exercício	5.190.780	8,35	1.922.470	2,74
Movimentações:				
Exercida	(779.380)	9,23	-	-
Concedidas	500.000	27,30	3.530.785	11,17
Canceladas	(819.920)	11,47	(262.475)	5,16
Saldo de opções de compras no fim do exercício	4.091.480	20,13	5.190.780	8,35

(*) Valores pós split de 21 de março de 2011.

O efeito acumulado no período findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 9.599 (R\$ 4.106 em 31 de dezembro de 2010), registrado como despesa de concessão de opções de compra de ação.

O saldo acumulado na conta de reserva “plano de opções de ações” no patrimônio líquido possui saldo de R\$16.670 (R\$ 7.070 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 existiam 220.885 opções exercíveis, uma vez que já transcorreu o prazo de 36 meses da data da 1ª outorga.

24. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de	dezembro	dezembro de
	2011	2010	de 2011	2010
<u>Receitas financeiras</u>				
Receitas de aplicações financeiras	23.060	14.388	27.215	17.335
Variação monetária ativa	1.600	(7.614)	2.213	(7.362)
Outras receitas financeiras	9.658	6.294	11.099	8.469
	34.318	13.068	40.527	18.442
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros pagos ou incorridos	(33.053)	(36.812)	(33.477)	(37.023)
Variação monetária passiva	(552)	(356)	(1.103)	(1.636)
Comissões e Despesas bancárias	(5.372)	(7.743)	(5.835)	(8.078)
Prêmio de não conversão	(4.387)	(11.801)	(4.387)	(11.801)
Outras despesas financeiras	(12.196)	(7.993)	(13.472)	(9.634)
	(55.560)	(64.705)	(58.274)	(68.172)
Financeiras líquidas	(21.242)	(51.637)	(17.747)	(49.730)

25. Plano de Previdência Privada – Contribuição definida

A Companhia mantém planos de previdência privada administradas pelo Itaú Vida e Previdência e HSBC, conforme abaixo:

a) Itaú Vida e Previdência a Companhia

Oferece o “Programa de Previdência Complementar TOTVS”, no qual são realizadas contribuições efetuadas pelos participantes e pela Companhia, descritas no Contrato de Adesão ao Programa. As contribuições são segregadas em:

- Contribuição Básica – contribuição efetuada pelo participante, correspondente a 2% do salário; no caso de estatutários a contribuição varia de 2% a 5%.
- Contribuição Voluntária – contribuições efetuadas exclusivamente pelos participantes, não havendo contrapartida da empresa.
- Contribuição da Empresa – correspondente a 100% da contribuição básica. A empresa poderá efetuar contribuições extraordinárias de valor e frequências livres.

b) HSBC

Para os participantes que optaram por este plano de Previdência, a empresa assume a taxa administrativa do plano, que é de 0,95%. Sendo as contribuições mensais suportadas exclusivamente pelos participantes.

As parcerias firmadas são segregadas e a opção do participante por um dos planos depende do contrato firmado entre a instituição e a sua unidade.

A natureza dos planos permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por sua única e exclusiva decisão.

26. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Resultado básico por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	168.903	138.196	169.383	137.863
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	158.073	156.325	158.073	156.325
Resultado básico por ação	R\$1,07	R\$0,88	R\$1,07	R\$0,88

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	168.903	138.196	169.383	137.863
Denominador				
(em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	158.073	156.325	158.073	156.325
Efeito da diluição				
• Opções de Ações	4.761	3.490	4.761	3.490
• Debêntures	3.336	4.817	3.336	4.817
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	166.170	164.632	166.170	164.632
Resultado diluído por ação	R\$1,02	R\$0,84	R\$1,02	R\$0,84

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras

27. Despesas por Natureza

Em atendimento ao CPC 26 (IAS 1) (aprovado pela Deliberação CVM nº 595 – Apresentação das Demonstrações Financeiras), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas operacionais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Insumos	329.869	315.556	441.549	434.477
Pessoal	286.644	241.660	377.649	332.138
Depreciação	75.650	69.491	82.488	77.883
Aluguéis	17.784	14.238	19.815	15.808
Outras	106.930	42.735	131.312	57.500
Soma	816.877	683.680	1.052.813	917.806

28. Receita Bruta de vendas

Em cumprimento a legislação societária brasileira (art. 187 da lei 6.404/76) a Companhia apresenta a seguir a Receita Bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Receita bruta				
Taxas de licenciamento	256.419	231.179	328.877	304.454
Serviços	253.705	202.970	408.545	367.698
Manutenção	629.325	536.748	649.380	561.051
Deduções				
Impostos incidentes sobre vendas	(17.354)	(14.219)	(19.457)	(22.933)
Cancelamentos	(71.484)	(62.229)	(88.186)	(80.795)
Receita Líquida	1.050.611	894.449	1.279.159	1.129.475

29. Eventos Subsequentes

Em 18 de janeiro de 2012, a Fundação Petrobrás de Seguridade Social ("PETROS") passou a deter 10,06% do capital desta companhia.